

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.505.995 - SP  
(2019/0141546-1)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : WAGNER JOSE ABRAHAO**  
**ADVOGADOS : CLÁUDIA DE CASTRO CALLI - SP141206**  
**RODRIGO OLIVEIRA SILVA - SP287687**  
**LEONARDO GUARDA LATERZA - SP424571**  
**AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR : CHRISTIAN KONDO OTSUJI - SP163987**

## DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por WAGNER JOSÉ ABRAHÃO contra decisão de lavra da Presidência do STJ, proferida às e-STJ fls. 326/328, que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, ante a aplicação do disposto na Súmula 284 do STF, tanto em relação à alegada negativa de prestação jurisdicional, como na questão meritória, concernente à cobrança do IPTU pelo Município de São Paulo.

Em suas razões, o agravante insurge-se contra a incidência do referido óbice sumular, alegando, quanto à preliminar, que as razões recursais indicaram expressamente a existência de omissão no acórdão recorrido; o que resulta em ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015. Quanto ao mérito, ratifica não haver nenhuma dissociação entre as teses aduzidas no apelo extremo e os fundamentos do acórdão recorrido.

Impugnação não apresentada, conforme certidão de e-STJ fl. 342.

Passo a decidir.

Com efeito, extrai-se da leitura das razões recursais que o agravante apontou violação do art. 1.022 do CPC/2015, sob o argumento de que a Corte de origem deixou de se pronunciar a respeito da descaracterização do direito de propriedade sobre a qual recai a incidência tributária.

Esse mesmo fundamento foi ratificado na discussão meritória pela parte insurgente, no intuito de demonstrar que não exercia *animus domini* sobre o terreno à época dos fatos geradores do tributo, razão pela qual pleiteia o reconhecimento de sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da execução fiscal, ante a violação do art. 1.228 do CC/2002 e dos arts. 32, 34 e 110 do CTN.

Desse modo, não verifico a deficiência na fundamentação do recurso apontada na decisão agravada, apta a incidência do enunciado sumular 284 do STF.

Ante o exposto, RECONSIDERO a decisão de e-STJ fls. 326/328, tornando-a sem efeito.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Após, voltem-me os autos conclusos para nova apreciação do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA  
Relator

